



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Conselho do Ensino e da Pesquisa

RESOLUÇÃO N° 18/77/CEP

O CONSELHO DO ENSINO E DA PESQUISA da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a prática de Educação Física é atividade obrigatória em todos os graus de ensino;

CONSIDERANDO que grau de ensino não se confunde com período ou semestre letivo;

CONSIDERANDO que a experiência dita modificações na sistemática adotada na UFS para a prática de Educação Física;

CONSIDERANDO a autonomia universitária assegurada no art. 3º da Lei nº 5.540 - de 28.11.68; e

CONSIDERANDO ainda, a decisão deste Conselho em sua reunião ordinária hoje realizada,

R E S O L V E:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 28 e o § 3º do art. 7º das Normas para Estruturação e Funcionamento dos Ciclos de Graduação e Sistema de Créditos da UFS, aprovadas pela Resolução nº 22/73, passam a ter a seguinte redação:

Art. 28 - ...

Parágrafo Único - As horas de Educação Física não serão computadas em termos de crédito, mas serão incluídas, num total de 60 horas aulas, na carga horária total do currículo, na razão de 30 horas aulas por semestre.

Art. 7º - ...

§ 3º - Todo aluno regular, salvo os casos expressos em lei, matricular-se-á em Educação Física, obrigatoriamente, nos dois primeiros semestres do seu curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Conselho do Ensino e da Pesquisa

RESOLUÇÃO N° 18/77/CEP

fl. 02.

Art. 2º - O Centro de Civismo, Educação Física e Desportos da UFS, encaminhará ao Reitor, no prazo de 90 dias, estudos sobre os clubes universitários de que trata o art. 13 do Decreto nº 69.450 - de 01 de novembro de 1971.

Art. 3º - O disposto no parágrafo único do art. 28, com a redação dada por esta Resolução, aplica-se aos currículos em vigor.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 1977.

José Aloísio de Campos
Reitor José Aloísio de Campos

PRESIDENTE

Sexta-feira, 10 de junho de 1977

Todos sabemos da importância da Educação Física, no campo educacional, até porque sendo ela "atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve, aprimora Forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional".

Inseriu-se no Referencial Universitário a preocupação com a Educação Física, como base de voz daquele estabelece a Lei nº 5.560 - de 20 de novembro de 1968, que dispõe que as instituições de ensino superior "estimularão as atividades de educação física e de desportos, mantendo, para o cumprimento destas normas, orientação adequada e instalações oficiais". Por via de consequência, também nas preocupações da nossa Universidade está inserida a Educação Física, como se constata da implementação de instalações apropriadas no nosso campus em construção.

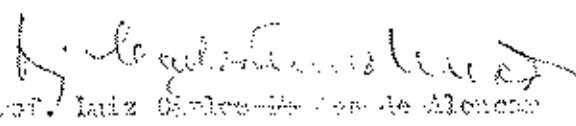
O Decreto nº 69.450 - de 1.11.71 estatui que "a Educação Física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino". Evidentemente, todos os anos de qualquer sistema de ensino não se confundem com todos os períodos letivos necessários à conclusão de qualquer curso. Com efeito, é a Educação Física obrigatória no 3º grau de ensino, ou seja, no ensino superior, mas a intensidade com que deve ser desenvolvida depende do critério adotado em cada instituição de ensino superior, pelo, não fora assim, desapareceria a autonomia didático-científica assegurada no art. 3º da Lei nº 5.560: -

"As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos".

No 1976 a prática da Educação Física, pelo que diz a competência da ciência-física aliada, está a merecer uma nova regulamentação.

Assim, e tendo em vista o reavivamento do sistema curricular das universidades, submetemo a apreciação do Conselho de Escola a proposta e projeto de regulamentação.

Aracaju, 09 de junho de 1977


Prof. Laiz Góes de Oliveira
Vice-Reitor

O CONSELHO DO INSTITUTO DA FARMACIA DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE S. PAULO,
que tem as suas atribuições, e

Considerando que a prática de ensino é atividade obrigatória
em todos os graus do ensino;

Considerando que o ensino não se confunde com período ou semestre letivo;

Considerando que a organização destas modalidades na instituição está
toda nas mãos da prática de ensino;

Considerando a autonomia constitucional assegurada no art. 3º da Lei
nº 5.969 - de 01.11.71,

R E S O L U Ç Ó E

Art. 1º - O pagamento único do art. 2º e o § 3º da C.R. "O das remunerações institucionais e funcionamento dos Ciclos de Desenvolvimento e Sistemas de Gestão e de UES, autorizadas pela Resolução nº 22/73, permaneça temporária regular -

Art. 2º - ****

Parágrafo único - As horas de ensino regular não serão computadas em férias de exame, mas serão incluídas, num total de 60 horas diárias, no cálculo da horária total do ensino, da maneira de 30 horas diárias por semestre.

Art. 3º - ****

§ 3º - Todo aluno regular, salvo os casos expressos em lei, estará imbuído de ensino regular, obteverá certificado, nos termos previstos da presente lei.

Art. 4º - O Centro de Ciências, Pós-Graduação Mágica e Departamento de Física, encarregados da realização, no prazo de 30 dias, estudos sobre os efeitos universitários do que trata o art. 13 da Resolução nº 22/73 - da CL de novembro de 1971.

Art. 3º - O disposto no parágrafo único do art. 2º, com a redação dada por esta Resolução, aplica-se aos currículos em vigor.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1977